



# XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

---

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

---

É A LUTA DE CLASSES, ESTÚPIDO!

**Frederico de Holanda** (UnB) - fredholanda44@gmail.com

*Frederico de Holanda. Arquiteto (UFPE, 1966), PhD em Arquitetura (Universidade de Londres, 1997), Professor Aposentado e Pesquisador Colaborador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UnB). Autor de O Espaço de Exceção (Edunb, 2002).*

## É a Luta de Classes, Estúpido!

### Introdução

Oportunismo político, compreensão pobre de como as coisas funcionam em sociedade, outros fatores, ou tudo junto: fato é que a recente campanha eleitoral no Brasil foi profundamente despolitizada. E, paradoxalmente, talvez “nunca antes na história deste país” uma campanha foi tão flagrantemente eivada de conflitos de classe, interesses contraditórios, polarização política. Embora sem dizer o nome, a luta de classes veio para a boca de cena e reafirmou a máxima marxista de que ela é o “motor da história”. Isto ficou cristalino no segundo turno: de um lado, o *trabalho*, embora num arco de alianças que a muitos de nós incomoda mas que taticamente tem se provado inevitável ou indispensável para seguir adiante com um projeto de país onde os *interesses populares* são hegemônicos; do outro lado, o *capital*, ou as frações de classe mais retrógradas dele. (Sob a hegemonia dos interesses populares, frações da burguesia mais lúcidas viram a possibilidade de enormes ganhos na incorporação ao mercado de grandes parcelas da população até então fora dele – incorporação que vem acontecendo, no corrente modelo, nos últimos oito anos. O resultado: *todos* ganharam, porém, e o que é fundamental a caracterizar a hegemonia, a renda dos mais ricos cresceu 1,5%, a dos mais pobres, 8,0%. Bingo.)

A despolitização ideologizada das campanhas eleitorais no Brasil reproduz-se em outras esferas da sociedade, p.ex. na organização do espaço urbano, na sua apropriação pelas classes sociais, nos conflitos de uso do solo, nas normativas a regerem o que deve estar onde e como, nas políticas habitacionais que induzem padrões de segregação socioespacial etc. Despolitiza-se a luta pelo “direito à cidade”. Cidade de extremos, Brasília exemplifica emblematicamente a manifestação desses conflitos e os eufemismos que os referem. (Aqui, “Brasília” é a “cidade real”, a metrópole cuja conurbação extrapola as fronteiras do Distrito Federal e que, segundo os dados preliminares do Censo de 2010, beira os três e meio milhões de habitantes.) O tombamento da capital brasileira como Patrimônio Cultural da Humanidade oferece um recurso ideológico precioso pelo qual os conflitos de classe são mascarados: medidas de repressão a interesses populares são apresentadas como gestos necessários à “preservação do patrimônio”, à “manutenção da ordem”, ou até à “limpeza da cidade”. A “indisciplina do homem comum” (CERTEAU, 2000), que reinventa a apropriação dos espaços públicos ou insere novos padrões de uso do solo na cidade, é entendida como algo a “ferir o patrimônio”. Curiosamente (*ma non troppo...*), o que mais fere o patrimônio – i é, as características essenciais da cidade – são medidas oficialmente respaldadas pelas

normativas de uso do solo do governo local e pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O texto discute a ação dos “agentes modeladores do espaço urbano” e exemplos de “privatização do espaço público”, ambas expressões da ementa da seção temática 2 do XIV E-NANPUR – *produção da cidade: agentes econômicos e atores políticos*. Exemplos ilustram como as políticas públicas referentes à configuração e ao usufruto do espaço urbano de Brasília constituem uma postura elitista que diuturnamente vigiam a cidade para consolidá-la como privilégio de poucos. Aos interesses populares resta o entrincheiramento em enclaves que circunstâncias variadas permitiram sobreviver – verdadeiras “fissuras” (CASTELLO, 2008) na ordem hegemônica: comércio informal em setores centrais da cidade, pousadas populares em importante avenida comercial, área remanescente de um acampamento de obras, edifícios sem pilotis ou elevadores ou garagens subterrâneas (assim desvalorizados pelos ricos) etc.

Esta comunicação relata pesquisa em andamento. Dados essenciais para a caracterização do problema só estarão disponíveis quando da divulgação das informações mais desagregadas por setor censitário do Censo de 2010. Portanto, os casos ilustrados baseiam-se em informações menos sistemáticas e precisas, mas que oferecem, assim mesmo, um quadro eloquente da tese central do texto.

Antes, e para tentar cumprir a promessa do título, carece explicitar o marco teórico que informa o conceito de classes sociais.

### **Classes sociais**

A questão das classes sociais é até hoje tema controverso nas ciências sociais. Lanço mão de duas fontes teóricas, na tentativa de chegar a uma síntese, pelo menos para uma discussão preliminar (outro não poderia ser o objetivo aqui).

Primeiro, retomo a hipótese de trabalho de Holanda (2002). A partir de Giddens, classe social refere-se a um “conjunto de formas de estruturação baseadas em níveis compartilhados de capacidade de mercado” (GIDDENS, 1973, p. 192). Aquele autor propõe a existência de “três tipos de capacidades de mercado que normalmente são importantes (...): propriedade dos meios de produção; detenção de qualificações técnicas ou educacionais; e detenção de força de trabalho manual” (idem, p. 107). Isto estaria nas “bases de um sistema fundamentalmente de três classes na sociedade capitalista: uma classe ‘alta’, uma ‘média’ e uma classe ‘trabalhadora’” (idem, ibidem). Para o grupo mais “baixo” Giddens usa alternadamente as expressões “classe trabalhadora” e “trabalhadores manuais” (visando clareza na discussão, utilizo apenas a última expressão) e qualifica seu trabalho como “frequentemente

[envolvendo] cansativas e extenuantes condições de trabalho que danificam as mãos e as roupas” (idem, p. 182). Ele se refere à “classe média”, sem adjetivação complementar, como os “trabalhadores não manuais, não detentores de propriedade, ou de ‘colarinho branco’” (p. 177) cujas tarefas envolvem a “manipulação de materiais simbólicos” (p. 182). Quanto aos “proprietários dos meios de produção”, sugere uma divisão entre a burguesia e a “antiga classe média”, que caracteriza, seguindo a tradição marxista, como a “pequena burguesia” (p. 177). Aceito esta última diferenciação como uma diferenciação de classe, e assim adoto um sistema de quatro classes como minha hipótese de trabalho: *trabalhadores manuais*, *classe média*, *pequena burguesia* e *burguesia*. Elas perpassam todas as categorias da *divisão técnica do trabalho*. Agora, o problema é a identificação *empírica* das classes em função das fontes de informação disponíveis no Brasil. Aqui entra a segunda fonte teórica.

Constituídos em rede nacional, colegas pesquisadores do *Observatório das metrópoles*, ao qual estamos filiados mediante o *Núcleo Brasília-RIDE*, partem das ocupações discriminadas nos censos demográficos de 1991 e 2000 e as agrupam em 24 categorias (LAGO & MAMMARELLA, 2010). A vantagem da taxonomia: há uma sintonia mais fina quanto ao espectro das ocupações; a desvantagem: embora quase sempre possamos deduzir a estratificação das classes sociais a partir das ocupações, às vezes encontramos numa mesma categoria da *divisão técnica do trabalho* (ocupações) distintas categorias da *divisão social do trabalho* (classes). Para fazer corresponder as duas taxonomias, foi feito o seguinte.

Na categoria *dirigentes* classificamos os *grandes empregadores* e os *dirigentes do setor privado* como *grande burguesia*, mesmo correndo o risco de entre os dirigentes do setor privado muitos deverem melhor ser classificados como *classe média* – embora com altos salários. Não parece problemático classificar os *dirigentes do setor público* como classe média – embora bem (ou muito bem...) aquinhoados. Os profissionais autônomos do nível superior foram classificados como classe média; na categoria de *pequenos empregadores* não parece haver controvérsia: são *pequena burguesia*. O *trabalhadores* (do *terciário*, do *secundário* e do *terciário não especializado*) foram classificados como *trabalhadores manuais*, exceto os *prestadores de serviços especializados*, classificados como *classe média* (correspondem melhor à nossa definição de “classe média” pois são trabalhadores “simbólicos”, mais que “manuais”). Também como *trabalhadores manuais* foram classificados os *agricultores*, embora alguns destes devam ser considerados como *pequena burguesia* – mas, pelas informações disponíveis, é impossível discriminá-los como tal dentre os agricultores em geral. Contudo, como temos a categoria *pequenos empregadores*, admitimos que essa “pequena burguesia rural” esteja contemplada aqui, e não entre os agricultores como trabalha-

dores manuais (p.ex., na Região Sul essa pequena burguesia rural é historicamente muito forte).

Com isso, desfaz-se a confusão do discurso comum, que usa o termo “classe” de maneira pouco rigorosa. Neste trabalho, “classe” é utilizada somente para “classe social”, categoria da divisão social do trabalho, no sentido de Giddens acima, com os desdobramentos propostos. Em vez de “classes de renda” (ou “classes” “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, como frequentemente vemos nos jornais), utilizo “faixas de renda”, a indicar o espectro dos poderes aquisitivos. E em vez de “classes profissionais” (p.ex., no discurso social encontramos expressões como a “classe dos arquitetos”), utilizo “ocupações”, a indicar categorias da divisão técnica do trabalho.

Essa precisão é necessária embora seja utilizada de forma limitada no estágio atual da pesquisa. É antes um *trailer* do que virá a ser o trabalho numa fase seguinte. Por enquanto, o raciocínio ater-se-á mais às faixas de renda e menos às classes e ocupações, embora estas compareçam secundariamente. Seguem-se exemplos que ilustram os argumentos.

### **Do moderno ao hipermoderno**

Na área central de Brasília há dois “setores comerciais”. O primeiro – o Setor Comercial Sul (SCS) – teve sua implantação iniciada nos alvares da Capital. O segundo – o Setor Comercial Norte (SCN) – é bem mais tardio, seus prédios começam a surgir em finais dos anos 1980. Distinguem-se fortemente pela configuração e pela apropriação do espaço público. As vistas aéreas (Fig. 1 e 2) mostram várias diferenças morfológicas: volumes construídos maiores em planta, no Sul, menores, no Norte; muito mais superfície destinada a estacionamentos, no Norte; parca definição de quarteirões no Norte, contribuindo para um sistema esgarçado de espaços abertos, descontínuos, para onde nada se abre, mormente quando consideramos que as atividades aqui são introvertidas e proliferam *shopping malls* – os espaços abertos resultantes são definidos pelas paredes cegas de seus perímetros.

As resultantes ambiências não podiam ser mais contrastantes (Fig. 3 e 4). No Sul, a configuração do lugar implica a definição de fluxos claros e intensos de pedestres, ademais protegidos por galerias, inexistentes no Norte. No Sul, os trabalhadores manuais, enquanto biscoiteiros e comerciantes informais têm vez no espaço público. Não no Norte. No Sul, as “forças da ordem” precisam estar em permanente “estado de alerta” contra a proliferação dessas atividades (há recorrente repressão). No norte, o urbanismo poupa o seu trabalho. Neste último, os trabalhadores manuais são limitados à demanda das firmas localizadas nos espaços internos. O espaço externo é o das classes média e burguesas que aqui chegam de carro e param nos generosos parques de estacionamento ou nas generalizadas garagens

subterrâneas – há poucas no Sul. Neste, a menor disponibilidade de estacionamento para o veículo particular é uma qualidade do lugar – a acessibilidade é maior mediante o transporte público, o que também está relacionado com a clientela. Contudo, a qualidade é lida como “problema” a ser enfrentado pela construção de garagens subterrâneas sob o espaço livre. Vez por outra o fantasma das garagens ressurgiu, até hoje felizmente não implantadas. Se o forem, lamentavelmente reforçarão a tradicional política de incentivo ao uso do carro particular em detrimento do transporte público. A circulação das vias do entorno será enormemente agravada, elas que já não dão conta do tráfego atual. O hipermoderno Setor Comercial Norte agrava o que o urbanismo moderno tinha de pior.



Fig. 1. Setor Comercial Sul (Fonte: Google Earth)



Fig. 2. Setor Comercial Norte (Fonte: Google Earth)



Fig. 3. Setor Comercial Sul. Notem o comércio informal



Fig. 4. Setor Comercial Norte. O urbanismo desértico hipermoderno

### “Limpeza, organização, beleza”

O combate à apropriação popular dos espaços públicos, particularmente nas áreas centrais do Plano Piloto de Brasília, é quase uma obsessão para os dirigentes locais – e para a imprensa, que lhes dá respaldo entusiasmado. Três exemplos são emblemáticos: a remoção

do comércio informal da Plataforma Rodoviária, cujos espaços foram reconquistados para estacionamento de carros; a repressão à atividade informal na Esplanada dos Ministérios, que atende a demanda das faixas de renda mais baixas, mormente dos trabalhadores manuais que aqui chegam por ônibus ou a pé a partir da Plataforma Rodoviária; a repressão aos feirantes da Torre de TV, cujas barracas, depois de cerca de quarenta anos de existência no local, provavelmente serão removidas para uma área vizinha, em condições locais distintas (e piores). A seguir, resumo os dois primeiros exemplos, já discutidos noutras oportunidades (HOLANDA, 2009, HOLANDA & TENORIO, 2010, TENORIO & HOLANDA, 2010). Depois, trato do terceiro.

Se é no centro da cidade que a *urbanidade* deve, por excelência, dispor de condições para se manifestar, aqui em Brasília é a Plataforma Rodoviária que reúne os melhores prerrequisitos para tal. Por ela passam diariamente os milhares de pessoas que, apesar do alto índice de utilização do carro particular no DF, ainda usam o transporte coletivo (mais da metade das viagens são feitas neste modo). Anos depois de projetada, a ambiência da Plataforma surpreendeu Lucio Costa. Em visita à cidade (1984), ele observa:

Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, esse milhão que vive fora e converge para a Rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade satélite e ficam ali, bebendo. Eu fiquei surpreso com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o *shopping center*, então, fica funcionando até meia noite... Isto tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como um centro requintado, igual a Champs Élysées ou Piccadilly Circus, uma coisa mais cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros legítimos que construíram a cidade e estão instalados ali legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isso. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma Bastilha. (COSTA, 1985, 1995.)

A “Bastilha” de Lucio Costa foi a substituição das elites (e o respectivo “cosmopolitismo” das classes média e burguesas) pelos trabalhadores manuais em biscates. O autor do Plano Piloto teve a sensibilidade, também demonstrada noutras oportunidades, de encantar-se com a substituição.

Infelizmente, os poderes locais não tiveram a mesma sensibilidade. Ao longo dos anos, a grande concentração de pessoas no local e os amplos espaços da Plataforma Rodoviária naturalmente atrairiam o comércio informal. Até 2008, grande quantidade de camelôs ocupava parte das calçadas e dos estacionamentos (Fig. 5). Em maio de 2009 eles foram removidos para um “shopping popular” (contradição em termos...) localizado a seis quilôme-

tros de distância, na extremidade oeste do Eixo Monumental, vizinho à Estação Rodoferroviária e... em meio ao nada (Fig. 6). Em novembro de 2010, dos 1.784 boxes, cerca de 600 estavam funcionando (CORREIO BRAZILIENSE, 2010). Mais: como era de se esperar, outras classes sociais – pequenos ou grandes burgueses – tomaram conta do local: irregularmente, muitos adquirem as concessões originalmente feitas aos trabalhadores manuais dedicados ao comércio ambulante, por valores que variam entre R\$ 6.000,0 e R\$ 80.000,00 (idem).



Fig. 5. Situação da Plataforma antes da remoção dos camelôs (Fonte: Gabriela Tenorio)



Fig. 6. "Shopping popular" para onde os camelôs foram removidos

Não tendo condições para desenvolver seu comércio no ermo, acessível exclusivamente por carros, não surpreende que uma "novíssima Bastilha" esteja acontecendo. O comércio de rua volta a fazer-se presente na Plataforma, embora em menor intensidade e de maneira precária. Os vendedores sabem-se "infratores" (pois "seu lugar" é no tal "shopping") e expõem seus produtos em caixas de papelão que podem facilmente transportar de um lado a outro, em função dos agentes da fiscalização. A situação resulta num ambiente ainda mais sujo (pelas caixas de papelão jogadas na rua durante a fuga), feio (pelas bancas improvisadas) e pesado (pela repressão).

O episódio ilustra os aspectos: o controle do *uso* do espaço público e a continuada produção de configurações antiurbanas. O primeiro aspecto visa privilegiar as elites, pela reconquista de espaços centrais para... seus carros. Também, reproduz os valores pelos quais o espaço público, quando não utilizado para estacionar, deve ser essencialmente *expressivo* – *ser visto*, não *ocupado* (HOLANDA, 2002). O segundo realiza mais uma vez a versão por excelência da "paisagem de objetos" do urbanismo moderno: a cidade (cidade?...) é composta por edifícios soltos no terreno, separados por vastas porções de terras de ninguém. A evolução do espaço de Brasília torna-se, nisto, cada vez mais "moderna" – ou hipermoderna: perde-se a ambiguidade (pelo menos) dos espaços compostos por Lucio Costa que, mesmo

modernos no que diz respeito aos edifícios soltos, constituem *lugares* claros – como a Esplanada e a Praça dos Três Poderes (HOLANDA, 2010). É a repetição, radicalizada, da solução morfológica do Setor Comercial Norte.

O segundo exemplo trata da Esplanada dos Ministérios. Salvo engano, passa despercebido na literatura que o lugar é mais um exemplo da heterodoxia de Lucio Costa em relação ao urbanismo moderno (outros estão em HOLANDA, 2010). Não só o espaço aberto é configurado pelos volumes edificadas, como sua proposta é menos formal que a realidade atual. Costa não a imaginou como lugar exclusivo para a burocracia governamental. Havia um edifício baixo que conectava os blocos ministeriais entre si, destinados a atividades complementares – serviços de apoio aos usuários do local. Ele é percebido nos desenhos originais do projeto (COSTA, 1995, p. 287). Não tendo sido edificado, novamente entrou em cena a “indisciplina do homem comum” de Certeau (2000). Quiosques foram construídos, a abrigarem pequenos restaurantes, lanchonetes, papelarias, lotéricas etc. Atividades para as quais há demanda chamam pessoas, que chamam atividades, que chamam pessoas – círculo virtuoso da urbanidade. Surpreende a quantidade de pedestres que circulam no local, principalmente no intervalo do almoço (também nas outras horas, embora em menor quantidade – Fig. 7). A panorâmica da Fig. 8 ilustra a apropriação do lugar.

Não tardou que a imprensa criticasse o fato – feroz guardião dos supostos valores patrimoniais da Capital. Em março de 2010, um mês antes de Brasília completar cinquenta anos, ela chama o lugar de “Esplanada dos camelôs” e “denuncia” a existência de vendedores ambulantes na Esplanada dos Ministérios: “o comércio irregular altera a paisagem da Esplanada, representa uma agressão ao tombamento da capital e interfere na escala monumental idealizada pelo urbanista Lucio Costa” (*Correio Braziliense*, 03.03.2010).

Noutra oportunidade (TENORIO & HOLANDA, 2010) argumentou-se que nada autoriza a assertiva. A forte paisagem do lugar, que mede 2.000 m de comprimento por 310 m de largura, não é alterada por pequenos quiosques que, ademais, não estão no gramado central, mas nas (pouco visíveis) franjas laterais do lugar. E se, limitadamente, há alterações nestas franjas, ela é para melhor. As atividades constituem a vida construída nas calçadas. As pessoas aglomeram-se em torno das bancas antes do início do expediente para tomar algo à guisa de café da manhã, cumprimentam-se, conversam. No meio da manhã ou no meio da tarde circulam entre as bancas para comprar um lanche e não raro voltam para o trabalho levando sacolas com frutas, biscoitos, sanduíches, guloseimas. Aproveitando a hora de almoço, engraxam sapatos enquanto colegas lhes fazem companhia tomando sorvete à sombra de uma árvore. Vão à lotérica ou à banca de revistas (únicas atividades localizadas em um quiosque fixo), compram baterias, capas para celular, bijuterias. Voltam para os ministé-

rios caminhando vagarosamente, ainda bebendo algo e trazendo nas mãos panfletos que divulgam políticos, eventos, serviços.

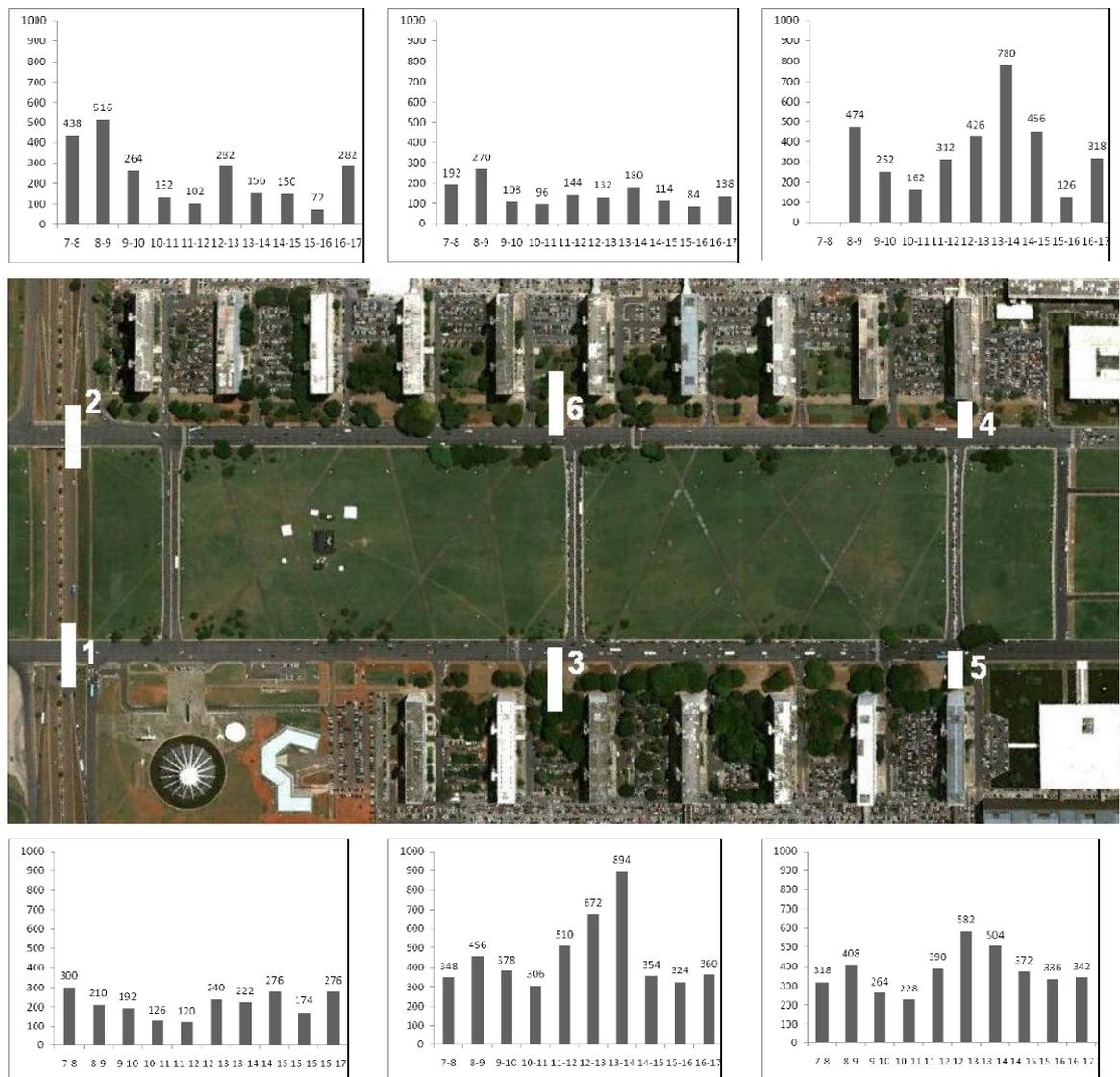


Fig. 7. Pontos de contagem e respectivos gráficos de fluxos de pedestres, por hora (Fonte: Gabriela Tenorio)

Em vez de inspirar-se na iniciativa e fortalecer o uso de local tão emblemático, não. A onda de repressão mais recente fez reduzir o número de ambulantes em cerca de 30% entre março e setembro de 2010. A repressão implica que os serviços antes disponíveis no local sejam buscados noutras áreas e que se perca a oportunidade de criar aqui lugares mais complexos, como Champs Élysées (Paris) ou o “Mall dos ingleses”, explicitamente citados por Lucio Costa como referências importantes para o projeto de Brasília. Incorporar novos

usos à Esplanada dos Ministérios significaria enriquecer física e socialmente o lugar. Fisicamente, na medida em que uma microescala de desenho soma-se à escala monumental. Socialmente, porque as atividades complementares (e necessárias) comentadas significam uma ambiência urbana mais amigável para com o usuário, funcionário ou não. É urgente entender, sem preconceitos, o que ocorre hoje no lugar, e rever com atenção os pressupostos do próprio projeto, que *prevê* as atividades que hoje *inexistem* formalmente e que a “indisciplina” do “homem comum” (CERTEAU, 2000) trouxe para o lugar.



Fig. 8. Visão panorâmica da Esplanada, ao longo dos blocos ministeriais (Fonte: Gabriela Tenorio)

O terceiro exemplo diz respeito aos feirantes do sopé da Torre de TV. Há décadas que a “feirinha” existe. Atraída inicialmente pelo fluxo de turistas que visavam o mirante da Torre, houve, como sempre um efeito bola-de-neve pelo qual mais pessoas atraíram mais atividades que atraíram mais pessoas... Hoje, muitos afirmam que vão à Torre nos fins de semana para o “encontro pelo encontro”, não pelo mirante, ou para comer (há muitas barracas de comidas típicas das várias regiões brasileiras), ou para comprar artesanato. Novamente, o IPHAN afirma que a feira da Torre “fere o tombamento”. Não se explicita como ou porquê. Desprezam-se as novas diretrizes consensuais de que o patrimônio imaterial – como e feira o é, e dos mais importantes do DF – deve ser tão atentamente tratado como o material. O Governo Local, novamente apoiado pela imprensa, recém concluiu os quiosques que deverão abrigar os feirantes, a serem removidos do local atual. Comparem a imagem das barracas hoje (Figs. 9 e 10) com a imagem ilustrativa da nova situação pós-remoção (Fig. 11). A *assepsia urbana* - espaços para serem *vistos* e não *vividos* – tem aqui sua mais recente versão. Alguém de bom senso acredita que as pessoas se deliciarão na escaldante plataforma de concreto ilustrada na Fig. 11?!

Decerto a qualidade dos estandes atuais não é boa, tampouco sua organização no lugar. Mas o que se propõe não é seu *redesenho* ou sua *reordenação*, mas sua *remoção* – palavrinha onipresente no discurso sobre as medidas urbanísticas da Capital. Eles irão para um sítio detrás da colina da Torre, onde 1) condições de acessibilidade são precárias, fazendo o percurso a partir da Rodoviária do Plano mais longo, desconfortável e perigoso, pois próximo às movimentadas faixas de rolamento do Eixo Monumental; 2) não há as privilegiadas vistas para o Eixo Monumental a leste, o principal cartão postal de Brasília; 3) o clima não será privilegiado pelas agradáveis brisas provenientes do nascente, que banham a colina onde está a Torre; 4) haverá uma ruptura de acessibilidade entre a feira e o elevador do mirante, dificultando a sinergia entre as duas atividades (há mais de oito metros de desnível entre os dois locais). É o *remake* do mesmo filme: atividades levadas a efeito pelas classes populares – no caso, trabalhadores manuais que comercializam, preparam, vendem, artigos de artesanato ou comidas – podem até ser admitidas, mas sua *visibilidade* deve ser minimizada. Pois é isso que será feito com a remoção: por alguma razão indizível, a paisagem humana resultante da feira atual mancha a colina da torre, que deve permanecer apenas como local de passagem e acesso ao mirante (Fig. 11).



Fig. 9. Vistas da Feira da Torre hoje



Fig. 10. A Feira da Torre hoje



Fig. 11. A nova paisagem "revitalizada" (*Correio Braziliense*, 06.08.2009)

A mesma visão de cidade – e da Capital brasileira – informa os três episódios comentados: tudo que ameace o usufruto exclusivo dos espaços centrais de Brasília por parte das classes média e burguesas é taxado de “sujo”, “desordenado”, “feio”. Não mitifiquemos a sabedoria do “homem comum”: apenas por virem dele, as soluções não são necessariamente as melhores do mundo. Mas não é sua *qualidade* que está em causa em Brasília, é sua *existência*. Eles – e suas iniciativas – estão no lugar errado. Simplesmente porque são *visíveis*. Tampouco mitifiquemos a ideologia das classes média e burguesas. Ela consiste em valores e em um estilo de vida. Em outras cidades, valores e estilo reproduzem-se nos lugares exclusivos onde (quase só) o Mesmo é encontrado – o Outro é pouco ou residualmente detectável nos condomínios fechados da Barra da Tijuca ou em seus *shopping centers*. Mas sejamos justos: não é simplesmente uma “visão de classe média ou burguesa” que preside o olhar sobre Brasília: é sua versão mais perversa. É a versão mais perversa que abomina a mistura de classes no espaço público. Porque aqui? Porque noutras cidades, se há a Barra, há também a Cinelândia e seu espaço público vivo até alta madrugada, ou Copacabana, ou até Ipanema? Somente trabalhadores manuais? Claro que não. Nessas cidades, por uma série de circunstâncias históricas, que se traduzem em socioespaciais, há um embaralhamento das classes sociais que, se não impede, minimiza o estranhamento do Outro. Nessas cidades, o *ódio de classe* não se manifesta com a intensidade que se dá em Brasília. A Capital surge como cidade-classe-média, à imagem e semelhança da burocracia do estado. Até hoje, cinquenta anos após inaugurada, ela continua única. É de tal forma peculiar que sequer se aproxima de outras realidades metropolitanas brasileiras: Ribeiro & Ribeiro (2010) classificam-na numa categoria à parte – a “2”, onde só ela está – dentre os cinco grupos em que classificaram as metrópoles do Brasil. É uma cidade de *serviços* (59,7% das atividades econômicas), quando, nas demais, o máximo que temos é 43,6%. Por outro lado, 8,7% são atividades industriais, quando, nos outros grupos, o mínimo que temos é 27,9%. Quando juntamos isto com a configuração edilício-urbana do Plano Piloto e adjacências (os “nobres” Lago Sul e Lago Norte), que não são acessíveis a faixas de renda baixa, é fácil deduzir que, no filé-mignon da metrópole, estão apenas os mais altos estratos da *classe média* (levantamento preliminar a ser confirmado por maior elaboração das informações do Censo de 2010 sugere que as classes burguesas ocorrem proporcionalmente mais no complexo de cidades satélites Taguatinga/Ceilândia/Samambaia, que ultrapassa 800.000 de habitantes, que no Plano Piloto [HOLANDA, 2002]). Por isso, qualquer manifestação contrária ao seu estilo de vida salta à vista aqui mais que em qualquer outro lugar. Daí a reação desproporcional, comparativamente a outros lugares. Daí o *ódio de classe* em pureza cristalina.

## A irônica utopia social

Algumas das mais preciosas lições urbanísticas da história surgem de circunstâncias imprevisíveis. É o caso da Vila Planalto, em Brasília (análise mais ampla está em HOLANDA, 2010). A Vila, a 1.500 m da Praça dos Três Poderes e a 3.900 m do Centro Comercial e de Serviços, renda média de R\$ 1.920,00, data do início da construção da cidade. Tem origem em acampamentos de empreiteiras, edificadas para abrigar donos, gerentes, arquitetos, engenheiros, técnicos, operários. É lugar de grande variedade de lotes, casas, quarteirões e espaços públicos (Fig. 12). O tamanho médio dos terrenos é muito pequeno:  $143\text{m}^2$  (46% têm menos de  $100\text{m}^2$ ), quase a impedir arborização dentro do lote. Ruas e calçadas variam em dimensões – algumas vielas mal permitem a passagem de veículos. Apesar da privilegiada localização, apresenta um perfil de faixas de renda parecido com o do DF – nisto, é quase um microcosmo da metrópole. Na Vila, há um pouco menos de ricos (Vila = 10,4%, DF = 11,9%), estratos médios são menores (Vila = 49,8%, DF = 57%), há mais pobres (Vila = 39,7%, DF = 32,5%) (comparem o perfil de renda da Vila com os da região mais rica do DF – o Lago Sul – e da mais pobre – o Recanto das Emas [Fig. 13]). As melhores casas permitem adaptações que correspondem a expectativas da classe média. Há espaço dentro do terreno para a construção de garagens e as ruas têm facilidade para o estacionamento das visitas. Contudo, são minoria. A maior parte da arquitetura não agrada à classe média, menos ainda às burguesas. Mais de quatro décadas depois de inaugurada a cidade, forças de mercado não foram capazes de expulsar moradores de baixo poder aquisitivo, pelo contrário: trabalhadores manuais continuam a adquirir residências e se mudar para o local, como catadores de lixo que habitavam barracos armados no cerrado, próximos ao Palácio do Planalto, e que, dada a expansão do poder aquisitivo dos últimos anos, compram seu espaço na Vila (ver reportagem “A classe ‘C’ mora ao lado”, *Folha de São Paulo*, 12.12.2010). Portanto, a elitização parece estar chegando a um limite, imposto pela arquitetura e pela dificuldade, por força de lei, de mudar suas características fundamentais (está dentro do perímetro tombado). A arquitetura como *variável independente* fala mais alto.

A Vila é o contraponto *utópico* ao *mito* de igualdade expresso por Lucio Costa para as superquadras. Sua grande diversidade espacial implica grande diversidade social. Se o espaço urbano é um “recurso cultural” a contribuir para “re-unir o que a sociedade separou” (PEPONIS, 1992), esse bairro é exemplo paradigmático. Para Lucio Costa, entretanto, uma eventual expansão da Vila nos moldes atuais “interferiria de forma não apenas inadequada mas desastrosa com a escala monumental tão próxima” (COSTA, 1987). Visando impedi-lo, ele propõe um renque de sete superquadras para “barrar de fato a gradual expansão de parcelamento em lotes individuais” (idem) na direção do Palácio da Alvorada. Curiosamente,

sua proposta é menos compatível com a “escala bucólica”, onde a Vila está, que a configuração atual. Contudo, o apego a “um determinado conceito urbanístico” (superquadras, em vez de parcelamento em lotes individuais) sobressaiu à escala do entorno. Para amenizá-lo, ele propõe camuflar as novas quadras e a Vila com densos enquadramentos arborizados. Decerto o arquiteto ignorava o fascinante desempenho sociológico do bairro em sua feição original, a facultar a presença de diferentes faixas de renda. Se o soubesse – alma sensível e generosa revelada em muitas oportunidades – talvez sua opinião fosse diversa. As superquadras propostas implicariam um perfil de renda similar ao de outras superquadras do Plano, não ao de um microcosmo da metrópole, como a Vila é hoje.



Fig. 12. Duas ruas da Vila Planalto, a exemplificarem a variedade edilícia-urbana

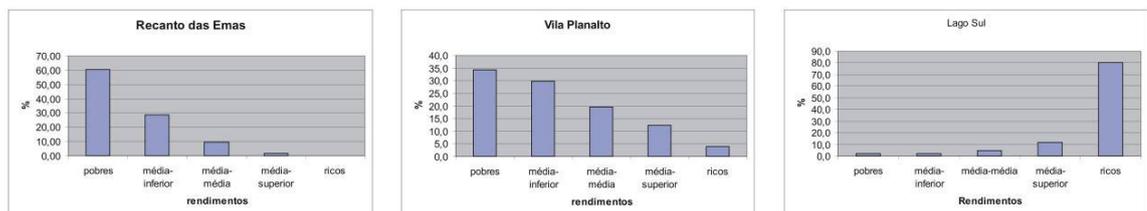


Fig. 13. Faixas de renda da região mais pobre do DF, o Recanto das Emas (esquerda), da Vila Planalto (centro) e da região mais rica, o Lago Sul (direita).

A reportagem citada é indício da presença contínua de trabalhadores manuais entre os moradores da vila, a assinalarem um perfil *de classe* – não apenas de renda – marcadamente distinto das demais áreas de Brasília, a primarem pela homogeneidade, seja das classes média ou burguesas, seja dos trabalhadores manuais. Daí ser uma das “fissuras” urbanas atravessadas na garganta de governantes locais e de (muitos) colegas arquitetos, que vêm na Vila uma “dissonância”, um espaço não “esteticamente qualificado” – portanto a desmerecer o rótulo de Arquitetura ou Urbanismo (com maiúsculas) – contudo algo “infelizmente” irreversível. Novamente, são atributos de uma visão de elite sobre a paisagem da área cen-

tral da Capital – o Plano Piloto e sua vizinhança imediata – a ser ocupada apenas pelos tipos edifícios originalmente propostos para a cidade e inacessíveis à grande maioria da população metropolitana. Pela visão, Brasília há que permanecer adequada a um pressuposto futuro quando “todo mundo virar, pelo menos, classe média” (COSTA, 1995, p. 320). Quem não o for, que permaneça longe da vista.

### **Conclusão**

O texto é a exposição de indícios do que procurarei demonstrar a partir de novas informações, quando os resultados do Censo de 2010 estiverem disponíveis. Igualmente, resta aplicar procedimentos computacionais aos resultados dos censos anteriores, e do de 2010, que permitirão “traduzir” as categorias ocupacionais da metrópole brasiliense para as classes sociais, como definidas na *introdução*. Teremos uma “sintonia fina” da composição de classes da metrópole e das áreas que melhor exemplificam a segregação socioespacial.

O ponto de partida do texto foi a despolitização verificada nas últimas eleições. Motivaram-me também as surpreendentes manifestações de *ódio de classe* explícito, embora mascaradas por repulsas (legítimas) à corrupção, aparelhamento do estado etc., que ocorreram em embates cibernéticos – sim, muito mais que os problemas apontados estava em causa. O mascaramento do ódio de classe manifesta-se, em campanhas eleitorais, de um jeito, na arquitetura e no urbanismo, de outro. Aqui, os discursos mitificadores apelam para “sujeira”, “feiura”, “desordem”. Ignoram que a arquitetura constrói-se à imagem e semelhança da sociedade que a produz e projetam sobre ela critérios de avaliação de uma visão específica de mundo – a sua visão de classe. Evidentemente, a arquitetura produzida ou apropriada por famílias pobres não é a melhor do mundo. Mas é hipocrisia desautorizar as ruas ou edifícios precários da Vila Planalto *naquele lugar em que estão*, pois sabem que, eventualmente removidos dali, eles não produzirão arquitetura melhor em outros lugares. Nestes *outros*, contudo, o deplorável é tacitamente aceito como inevitável em função da “injustiça social” reinante etc. etc. Não na Vila...

Entretanto, a simultaneidade de classes sociais diversas no espaço público é tendência em muitas cidades ao redor do planeta, particularmente no resgate de áreas urbanas centrais antes desertificadas e deterioradas. Nessas condições, e a exemplo do que foi comentado em relação ao atual modelo econômico brasileiro, *todos* ganham. As classes média e burguesas não louvam necessária ou explicitamente a importância sociológica e política da copresença com a alteridade – os trabalhadores manuais – mas percebem que esta cidade mista é mais estimulante e rica no leque variado de opções que oferece.

Infelizmente, não (ainda?) em Brasília. Aqui, à alteridade é reservado o espaço das pequenas “fissuras”. Cabe parafrasear o marqueteiro de Bill Clinton durante sua campanha presi-

dencial, quando fustigava os opositores ao diagnosticar o que estava realmente em causa: “é a economia, estúpido!” Em Brasília, pois, “é a luta de classes, estúpido!”

## **Bibliografia**

CASTELO, Luís Filipe Montenegro. *Fissuras urbanas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – vol. 1*. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, Lucio. "Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)". Brasília: Governo do Distrito Federal, Convênio SVO/DAU - Terracap/DITEC, 1985, p. 66.

COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. Empresa das Artes, São Paulo, 1995.

GIDDENS, Anthony. *The class structure of the advanced societies*. London: Hutchinson of London, 1973.

HOLANDA, Frederico de, TENORIO, Gabriela. “Brasília: informalidad en los intersticios del orden dominante”. *X Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación – Anais em CD-ROM*. Santiago, Chile, 3, 4 y 5 De Noviembre de 2010.

HOLANDA, Frederico de. "Belo e ordenado": para quem, cara-pálida? *IV PROJETAR 2009 – Projeto como investigação: antologia (CD-ROM)*. São Paulo: Editora Alter Market, 2009.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

LAGO, Luciana Corrêa do, Mammarella, Rosetta. “Da hierarquia de classes à organização social do espaço intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 65-84, jan/jun 2010.

NUNES, Brasilmar Ferreira. “A lógica social do espaço”. In PAVIANI, Aldo, GOUVÊA, Luiz Alberto de (orgs.). *Brasília: Controvérsias Ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 76-102.

PEPONIS, John. "Espaço, Cultura e Desenho Urbano". *Arquitetura e Urbanismo*, ano 8, n. 41, abr-mai 1992, p. 78-83.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, RIBEIRO, Marcelo Gomes. “Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 24 (no prelo).

TENORIO, Gabriela, HOLANDA, Frederico de. “Brasília: Monumental y secular”. *X Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación – Anais em CD-ROM*. Santiago, Chile, 3, 4 y 5 De Noviembre de 2010.